



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo nº 192834-3/01 -- Comarca de Recife** ✓

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravada:** Maria da Conceição da Silva e outro

*Sunto*

**EMENTA:** DIREITO TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE RESÍDUOS SALARIAIS. NÃO INCIDÊNCIA DO ICD. SÚMULA Nº 25 DESTES TRIBUNAL. 1. O levantamento de resíduos salariais não recebidos em vida pelo ex-segurado dispensa a abertura de arrolamento ou inventário, bem como afasta a incidência do imposto de transmissão causa mortis, uma vez que se trata de verba de natureza alimentar e não de acréscimo patrimonial. 2. Inteligência da Súmula nº 25 deste Sodalício. 3. A decisão vergastada, ao contrário do alegado pela parte agravante, não concedeu qualquer isenção, mas apenas valorou a inexistência do fato gerador do predito imposto.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 192834-3/01, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 10 de 10 de 2009, em negar-lhe provimento de forma unânime, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 10 de 12 de 2009

**Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator**



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo nº 192834-3/01 – Comarca de Recife**  
**Agravante:** Estado de Pernambuco  
**Agravada:** Maria da Conceição da Silva e outro

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo em face de decisão monocrática que, com supedâneo no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao recurso de apelação em apenso, mantendo incólume a sentença que determinou a liberação do valor relativo ao resíduo dos proventos do período de 2000 a 2004 deixados de receber em vida pelo Sr. Luiz Minervino da Silva, falecido em 25/07/2008, observando a não incidência do ICD - Imposto de Transmissão *Causa Mortis*.

Em suas razões, de fls. 02/13, pugna o agravante pela reforma da decisão guerreada, argumentando, em suma, que a Lei 6.858/80 não possui o condão de conceder isenção fiscal, sendo esta admissível apenas quando expressamente determinada por lei do ente competente para instituir o referido imposto, sob pena de malferimento da regra prevista no art. 151, III, da CF/88.

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 10 de 10 de 2009

**José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo nº 192834-3/01 – Comarca de Recife**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravada:** Maria da Conceição da Silva e outro

**VOTO**

A matéria posta em apreciação já foi objeto de diversos pronunciamentos por parte desta Corte de Justiça, tendo sido firmado o entendimento de que o levantamento de resíduos salariais não recebidos em vida pelo ex-segurado dispensa a abertura de arrolamento ou inventário, bem como afasta a incidência do imposto de transmissão causa mortis, uma vez que se trata de verba de natureza alimentar e não de acréscimo patrimonial.

De relevo ressaltar que o tema em lume encontra contornos já sedimentados em Súmula deste Tribunal de Justiça:

**SÚMULA nº 025 do TJPE:** Não incide o imposto de transmissão *causa mortis* sobre resíduo salarial, nem sobre saldos de FGTS, PIS ou Pasep, não recebidos em vida pelo titular.

Impende registrar, ainda, que a decisão vergastada, ao contrário do alegado pela parte agravante, não concedeu qualquer isenção, mas apenas valorou a inexistência do fato gerador do predito imposto.

Neste mesmo sentido, colaciono precedentes jurisprudenciais deste Egrégio Sodalício, conforme arestos adiante ementados:

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ITCD. NÃO INCIDE IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO SOBRE RESÍDUO SALARIAL. PROGRESSÃO DE ALÍQUOTAS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. De acordo com o Enunciado nº 06 desta 8ª Câmara Cível "Não incide imposto de transmissão causa mortis (ICD) sobre resíduo salarial, nem sobre saldos de FGTS/PIS/PASEP não recebidos em vida pelo titular". 2. Consoante os termos da Súmula nº 28 desta E. Corte de Justiça, "é inconstitucional a cobrança de imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCD) de forma progressiva" 3. Não vulnerados assim os



Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### OITAVA CÂMARA CÍVEL

comandos legais insertos no art. 1º da Lei Estadual nº 11.4413/96, art. 145, § 1º, da CF/88, art. 1º, III, da Lei Estadual nº 10.260/89, art. 1º da Lei nº 6.858/80, e art. 151, III, da CF/88. 4. Recurso de Agravo improvido. 5. Decisão unânime (RA 162498-8/01, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8CC, DJ 13/11/2008).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. JULGAMENTO NA FORMA DO ART. 557 DO CPC. NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS SOBRE FGTS E PIS. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1-Não há empecilho a que na apelação em apenso, se fizesse uso do comando inserto no art. 557, caput do Codex Instrumental, haja vista que "jurisprudência dominante" não significa "jurisprudência unânime", mas tão-somente o posicionamento majoritário desta Egrégia Corte pertinente ao "thema decidendum". 2-As verbas de natureza trabalhista como o PIS e FGTS não se constituem como patrimônio passível da cobrança de ICD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, e que, como resíduos de pagamentos salariais não recebidos pelo falecido titular, não se elencam na amplitude de transmissão de bens a ensejarem o imposto pretendido pelo recorrente. 3-A matéria em comento foi objeto de súmula deste Tribunal de Justiça, que assim dispôs: "SÚMULA Nº 25 - Não incide o imposto de transmissão causa mortis sobre resíduo salarial, nem sobre saldos de FGTS, PIS ou PASEP, não recebidos em vida pelo titular." 4-Recurso de Agravo não provido. 5-Decisão Unânime (RA 168775-4/01, Rel. Des. Fernando Cerqueira, 7CC, DJ 21/10/2008).

APELAÇÃO CÍVEL. ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE RESÍDUOS SALARIAIS. NÃO INCIDÊNCIA DO ICD. DESNECESSÁRIA A CONVOCAÇÃO DA PROCURADORIA DA FAZENDA PÚBLICA PARA INTERVIR NOS AUTOS. 1. É pacífico o entendimento deste Tribunal de Justiça de Pernambuco no sentido de que o Imposto de Transmissão "causa mortis" não tem incidência sobre os resíduos salariais não recebidos em vida pelo ex-segurado e deixados aos seus beneficiários, por se tratar de verba de natureza alimentar, que dispensa a abertura de inventário ou arrolamento. 2. Aplicação da súmula nº 25 deste Tribunal de Justiça "não incide o imposto de transmissão causa mortis sobre o resíduo salarial, nem sobre o FGTS, PIS ou PASEP não recebidos em vida pelo titular". 3. Não se faz necessária a prévia ouvida do Estado, tendo em vista que não incidindo o imposto de transmissão "causa mortis" e doação nos alvarás judiciais referentes a saldo de salário ou de parcelas de reajuste salarial de cunho alimentar (que não constitui patrimônio ou riqueza nova do de cujus), não há que se falar em necessidade de intimação da Fazenda Pública. 4. Apelo voluntário improvido (AC 100441-3, Rel. Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 8CC, DJ 15/5/2008).



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Feitas essas considerações, voto pelo improvimento do presente Recurso de Agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 10 de 12 de 2009

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**